

Jerónimo Martins, SGPS, S.A.

Sociedade Aberta

Demonstrações Financeiras Individuais

31 de Dezembro de 2003 e 2002

(com o respectivo Relatório dos Auditores)

Índice	página
Relatório de Gestão	2
Anexo ao Relatório de Gestão	6
Demonstrações Financeiras	8
Notas às Demonstrações Financeiras	14
Relatórios de Auditoria	40
Extracto da Acta da Assembleia Geral Anual	45

JERÓNIMO MARTINS, SGPS, S.A.

SOCIEDADE ABERTA

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2003

A Jerónimo Martins enquanto gestora de participações sociais detém um portfolio de investimentos composto por forte presença na distribuição alimentar em Portugal (Pingo Doce, Feira Nova e Recheio) e Polónia (Biedronka), no sector industrial onde mantém à longa data uma parceria com a Unilever (Fima, Lever e Iglo) ,no retalho especializado (Hussel) e ainda serviços de marketing e distribuição (JMD).

A Jerónimo Martins enquanto Holding do Grupo, exerce funções de coordenação e assessoria às suas participadas, sendo que as áreas funcionais de apoio ao Grupo vão desde a administração, relações institucionais, desenvolvimento e estratégia, planeamento e controlo, jurídico, gestão de risco, fiscalidade, auditoria interna, recursos humanos, operações financeiras, contabilidade, consolidação, segurança e comunicação. O volume de negócios resultante da prestação destes serviços foi de 13,7 milhões de euros.

Portugal

Em 2003, a actividade económica deverá ter-se retraído cerca de 1%, reflectindo, por um lado, a continuada evolução negativa da procura doméstica e em particular do investimento (em consequência da queda prevista para o investimento público), e, por outro lado, a fraqueza dos mercados externos. A taxa de desemprego cresceu significativamente e o nível de endividamento das empresas e dos particulares continuaram elevados. A inflação recuou para valores próximos dos 3%, mantendo-se, ainda assim, distante dos níveis dos parceiros europeus, cuja média se situou nos 2%. A recessão criou fortes dificuldades ao processo de redução da despesa pública e em especial à concretização do objectivo de consolidação orçamental. Em 2003, e por forma a atingir um défice marginalmente inferior a 3%, o Governo recorreu novamente a receitas pontuais, que representaram, segundo a Comissão Europeia, mais de 2% do PIB. Pela positiva, merecem destaque as exportações.

A performance operacional do Grupo em Portugal

Em 2003, o Pingo Doce deu continuidade à linha estratégica definida em 2002: "ser a melhor cadeia de supermercados a operar produtos frescos em Portugal, aumentando a sua quota de mercado em produtos não perecíveis pela conversão dos seus clientes regulares periféricos em clientes nucleares, diminuindo os obstáculos ao aumento do cabaz de compras". Na expressão do consumidor, esta orientação foi anunciada em *outdoors*: "*sem desconforto, sem dúvidas, sem stress, com preços que compensam*".

Desta forma, o Pingo Doce, através de um excelente trabalho de *mix* de preços e de comunicação, apresentou um crescimento das vendas de 2% em relação a 2002, tendo as vendas atingido o valor de 798 milhões de euros.

No ano de 2003 o Feira Nova deu continuidade à estratégia iniciada em 2002, focando a Insígnia no consumidor final e concentrando esforços na simplificação de processos para uma gestão cada vez mais eficiente.

Apesar da exigência comercial do último trimestre, acentuada por uma época de Natal especialmente difícil, o Feira Nova atingiu um volume de vendas de 660 milhões de Euros, praticamente em linha com o ano anterior. A *performance* da cadeia de hipermercados do Grupo em Portugal, não obstante contar com mais uma unidade na região de Lisboa (Odivelas), foi fortemente afectada pelo encerramento temporário, para remodelação, de quatro lojas.

Na Madeira, o ano de 2003 fica marcado pelo reposicionamento de preço da insígnia Pingo Doce em linha com o processo iniciado em 2002 no Continente.

O ano terminou com um ligeiro crescimento nas vendas, de 0,7% no *like-for-like*, e de 3% no total Pingo Doce. No Recheio Madeira o crescimento das vendas foi de 0,2%.

A preocupação com a produtividade e o foco na simplificação de processos em toda a Organização, antecipando a revisão da regulamentação do licenciamento comercial e a cada vez maior necessidade de aumentar a capacidade competitiva, refletem-se já em 2003, nos resultados das cadeias de retalho no Continente e na Região Autónoma da Madeira.

As margens operacionais destas áreas de negócio encontram-se, desta forma, influenciadas por alterações verificadas em políticas comerciais, financeiras e de recursos humanos, nomeadamente pelo impacto inicial, ao nível dos custos, 1) do encerramento para remodelação, por períodos relativamente longos, de lojas do Pingo Doce e do Feira Nova, 2) da alteração no critério contabilístico de alguns leasings financeiros e 3) da introdução de políticas de remuneração variável.

No ano em que completou 30 anos de existência – o Recheio é a cadeia de Distribuição Grossista que opera há mais tempo em Portugal – e num ano particularmente difícil como foi 2003, profundamente marcado pela diminuição do consumo privado, o Recheio conseguiu apresentar os melhores resultados de sempre.

A cadeia de Cash & Carry Recheio apresentou um forte crescimento das vendas de 4,7% face a 2002, atingindo os 595 milhões de euros, confirmando o sucesso da estratégia da Insígnia de aposta na inovação e qualidade como resposta às exigências dos seus clientes.

Esta performance do Cash & Carry corrobora ainda, definitivamente, a eficácia da estratégia de segmentação delineada pela cadeia, com uma elevada focalização no canal HoReCa.

O Cash-flow operacional (EBITDA) em 2003 atingiu o valor de 45 milhões de euros, representando 7,5% das vendas e um crescimento de 21,4% quando comparado com o ano anterior.

De destacar o desempenho da Jerónimo Martins Distribuição de Produtos de Consumo (JMD) tendo 2003 sido um dos melhores anos da história da JMD.

Apesar do ambiente económico pouco favorável, o JMD registou um crescimento nas vendas de 4,7% que podemos considerar como francamente positivo. No entanto, os resultados de 2003 devem-se sobretudo, ao excelente desempenho da empresa na redução de custos operacionais, que se traduziu num aumento de 87% do EBITDA ou seja, 5,2% das vendas.

As empresas que integram a Indústria Alimentar detida pela Jerónimo Martins através da Joint-Venture com a Unilever tiveram um ano de 2003 francamente positivo e marcado pela recuperação, depois do ano bastante difícil de 2002. As vendas líquidas da Fima/VG, da LeverElida e da IgloOlá atingiram um total de 591 milhões de euros, registando um crescimento na ordem dos 6,6% (excluindo os negócios alienados).

A contínua e persistente aposta na inovação e racionalização do portfolio de produtos de maior valor acrescentado, suportada pela constante optimização dos custos operacionais e de produção, permitiu um reforço do cash flow operacional (EBITDA) em cerca de 1,1 milhões de Euros.

Polónia

A forte depreciação do Zloty face ao Euro, cerca de 14,5%, potenciou a competitividade do sector exportador polaco, contribuindo decisivamente para que em 2003 o produto polaco se tenha expandido em mais de 3%. A procura interna também teve um desempenho bastante positivo, ainda mais significativo quando o mercado de trabalho continua a registar níveis de desemprego acima de 17%. A economia local continuou a beneficiar de sucessivos cortes nas taxas de juro directoras, que, no entanto, e perante um cenário de inflação anual próxima de 1%, permaneceram, em termos reais, bastante elevadas. As contas públicas polacas continuaram a evoluir de forma negativa, exercendo uma forte pressão sobre a dívida soberana, divergindo dos critérios de adesão à UE e colocando entraves a uma política monetária mais expansionista.

A performance operacional do Grupo na Polónia

Na Polónia, o profundo conhecimento do mercado permitiu à Biedronka desenvolver um trabalho fundamental de consolidação do sortido, através da optimização permanente da marca exclusiva vs marcas da indústria, coordenada com um *mix* de preços adequado ao comportamento do consumo.

O sucesso desta estratégia está patente no crescimento de 14% das vendas em moeda local e de 12% numa base comparável.

Apesar de o desempenho da insígnia polaca ter tido impacto reduzido nas contas consolidadas, devido à desvalorização do zloty, a Biedronka no final de 2003 representava já 27% das vendas do grupo.

A liderança no mercado de retalho alimentar polaco foi consolidada, não só através do crescimento *like-for-like* das vendas, mas também pela evolução do parque de lojas que aumentou em 34 unidades relativamente a 2002.

Como marco desta expansão merece destaque o reforço da posição da cadeia em Varsóvia, onde a densidade populacional e o potencial do consumo são superiores à média do país.

A Biedronka apresentou uma subida de 0,8 pontos percentuais da sua margem de *cash flow* operacional que atingiu 4,4% das vendas. Este aumento da rentabilidade das operações combinado com o crescimento de vendas, é resultado de uma forte posição de mercado alicerçada num profundo conhecimento do mesmo.

A análise das actividade do Grupo encontra-se tratada com mais detalhe no Relatório de Gestão que acompanha as Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao exercício de 2003.

A Performance da Holding

A performance da empresa enquanto Holding e gestora de participações sociais, apresentou em 2003 resultados operacionais de 3,4 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 79% face a 2002. Esta situação resulta de uma diminuição dos serviços prestados às companhias operacionais.

Na sequência da reestruturação iniciada em 2002 e com base em estudos de entidades independentes e procurando simplificar processos administrativos, reformularam-se os contratos de prestação de serviços.

Em termos financeiros, os custos líquidos de financiamento atingiram em 2003 o montante de 18,3 milhões de euros. Se desconsiderarmos em 2002 o efeito positivo dos ganhos associados a *swaps* de cobertura cambial e de taxa de juro e diferenças cambiais de empréstimos em moeda estrangeira, os custos líquidos de financiamento de 2003 reduziram-se em cerca de 18%.

O Grupo continuou em 2003 a anunciada redução da dívida, com o impacto ao nível da Holding a traduzir-se numa redução de 56,8 milhões de euros (redução de 19%), tendo atingido o valor de 249,6 milhões de euros no final de 2003.

Foi reembolsado o empréstimo obrigacionista com *warrants* emitido em 1996 (JMARTINS/96), no montante de 93,3 milhões de euros. Foi emitido um novo empréstimo obrigacionista (JMH/03) de 40 milhões de euros e um novo empréstimo bancário sob a forma de programa de papel comercial de 25 milhões de euros.

Os resultados não usuais/não frequentes atingiram em 2003 o montante de 23,7 milhões de euros, correspondendo na sua maioria a redução de provisões, associadas ao aumento do valor realizável de alguns dos investimentos financeiros provisionados no exercício anterior.

Eventos Subsequentes

Até à data de conclusão deste relatório, não ocorreram factos significativos que mereçam destaque.

Perspectivas para 2004

O exercício de 2004 trará novos desafios ao Grupo Jerónimo Martins, concentrando agora o seu trabalho de consolidação e crescimento dos negócios do actual *portfolio*, com vista a garantir a criação sustentada de valor para os próximos anos.

A aposta assentará no crescimento do negócio da distribuição em Portugal e, principalmente, na Polónia, e no aumento da competitividade e inovação das operações para servir melhor um consumidor cada vez mais exigente em relação à qualidade e cada vez mais sensível ao preço.

Ainda em 2004, prevê-se a entrada em vigor de uma nova Lei de licenciamento comercial, após três anos de congelamento na atribuição de novas licenças para a abertura de lojas de retalho alimentar em Portugal. Para o Grupo, esta nova Lei, dependendo do texto final que vier a ser aprovado, surge como uma oportunidade para expandir os negócios no território nacional, depois de uma fase de reestruturação que impôs algumas restrições em termos de investimento. E, apesar das ameaças potencialmente inerentes a um processo de liberalização, o Grupo acredita poder tirar partido da resistência e rentabilidade dos diferentes formatos de retalho em que opera, reinvestindo, em preço, o valor das poupanças que conseguirá ao nível dos custos operacionais. No entanto, e apesar dos projectos que tem em estudo, não se prevê que um número significativo de novas licenças lhe seja atribuído antes do final de 2004, atendendo às lacunas ainda existentes no processo de aprovação.

Por outro lado, e de modo a garantir o aumento da eficiência das suas operações, o Grupo continuará a adoptar medidas de redução de custos, tendo criado um grupo de trabalho com várias equipas para estudar e implementar soluções de simplificação de processos.

De modo a acelerar os seus projectos de expansão e remodelação, particularmente em Portugal, haverá a necessidade de reforçar a estrutura do balanço consolidado, pelo que a Administração de Jerónimo Martins espera ver aprovada, em Assembleia Geral de Accionistas, a proposta para um aumento do capital da Sociedade em 150 milhões de euros.

Apesar de se antecipar um ano difícil, o Grupo continuará em 2004 a consolidar a sua estratégia, visando criar valor para os seus accionistas, servindo melhor os seus clientes e consumidores, motivando os seus colaboradores e garantindo a melhor relação com todos os *stakeholders*.

Informação sobre matérias ambientais

Não existem matérias ambientais relevantes que possam afectar o desempenho e a posição financeira da companhia, nem o seu futuro desenvolvimento.

Proposta de Aplicação de Resultados

As Demonstrações Financeiras de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. relativas ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2003 evidenciam um resultado líquido de 111.664.801,93 euros, para o qual o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

Reservas Legais	5.583.240,10 EUR
Resultados transitados	106.081.561,83 EUR

Declarações Legais

Nos termos da Lei, cumpre ao Conselho de Administração declarar que:

- a) Para além dos factos acima referidos, e dos que, em maior detalhe, constam do Relatório que acompanha as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo relativas ao exercício de 2003, não tem conhecimento da ocorrência, após o termo do exercício, de outras situações que, pela sua especial relevância, mereçam ser destacadas;
- b) Nos termos do artigo 21º do Decreto Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, não existem dívidas em mora à Segurança Social;
- c) Nos termos do disposto no nº 2 do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, não houve movimento de compras e vendas de Acções Próprias, pelo que o número de Acções Próprias detidas no final do exercício de 2003 era o mesmo de 31 de Dezembro de 2002: 171.800 Acções Próprias.

Lisboa, 9 de Março de 2004

O Conselho de Administração

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL DA EMPRESA A 31 DE DEZEMBRO DE 2003

(De acordo com a disposição no artigo 447ª do Código das Sociedades Comerciais e nos termos da alínea b) do nº1 do artigo 7º do Regulamento da CMVM nº 24/2000)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros do Conselho de Administração	Detidas em 31.12.02			Acréscimos no exercício			Diminuições no exercício			Detidas em 31.12.03		
	Acções	Obrigações	Warrants	Acções	Obrigações	Warrants	Acções	Obrigações	Warrants	Acções	Obrigações	Warrants
Elísio Alexandre Soares dos Santos	27.281	-	773		2.500.000		12.000		773	15.281	2.500.000	-
Hans Eggerstedt	3.000	-	-							3.000	-	-
José Luís Nogueira de Brito	16.133		-							16.133	-	-
Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos ¹	23.014	704.901	-				5.000	269.949		18.014	434.952	-
Luís Maria Viana Palha da Silva	-	-	-							-	-	-
António Mendo Castel-Branco Borges	-	-	-							-	-	-
Rui Manuel de Medeiros d' Espiney Patrício	-	-	-							-	-	-
Álvaro Carlos Gonzalez Troncoso	-	-	-							-	-	-

Observações:

¹ – Na sequência da conversão para euros dos empréstimos obrigacionistas, as 938 obrigações detidas resultaram em 704.901 obrigações, com valor nominal de 0,01 euros. Por lapso, essa indicação não foi referida em anteriores informações.

Detalhe dos movimentos do exercício:

Elísio Alexandre Soares dos Santos:

Vendeu: em 13 de Novembro 5.000 acções ao preço de 9,00 euros, em 14 de Novembro 2.000 acções ao preço de 9,10 euros, em 18 de Novembro 1.000 acções ao preço de 9,49 euros, em 19 de Novembro 1.000 acções ao preço de 9,75 euros, em 21 de Novembro 1.000 acções ao preço de 9,80 euros, em 24 de Novembro 1.000 acções ao preço de 9,80 euros e em 28 de Novembro 1.000 acções ao preço de 9,13 euros.

Comprou: em 12 de Agosto 2.500.000 obrigações JM/97 Cupão zero, ao preço de 0,01 euros.

Na sequência do vencimento do empréstimo obrigacionista JMARTINS/96 em Setembro de 2003, os warrants não exercidos extinguiram-se.

Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos:

Vendeu: em 30 de Outubro 2.500 acções ao preço de 7,33 euros e 2.500 acções ao preço de 7,35 euros.

As obrigações detidas do empréstimo obrigacionista JMARTINS/96 foram reembolsadas na totalidade em Setembro de 2003, pelo valor nominal 0,01 euros.

FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único, Bernardes Sismeiro & Associados, SROC, Lda., não detinha quaisquer acções, obrigações e "warrants", em 31 de Dezembro de 2003, não tendo realizado transacções com quaisquer títulos de Jerónimo Martins, SGPS, S.A.

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2003

De acordo com a disposição nos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, nos termos da alínea e) do nº1 do artigo 6º do regulamento da CMVM nº 11/2000 e nos termos do Código dos Valores Mobiliários)

Accionista	Nº Acções detidas	% Capital	% dos Direitos de Voto*
Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SA			
Directamente	55.541.472	57,941%	58,045%
Strand Ventures Inc.**			
Directamente	7.946.239	8,290%	8,304%
Através da Sociedade Fitron Management Ltd. (Detida a 100% pela Sociedade Strand Ventures, Inc.)	3.177.836	3,315%	3,321%
Através da Sociedade Multiplus Investments Ltd. (Detida a 100% pela Sociedade Strand Ventures, Inc.)	3.963.583	4,135%	4,142%
Total Imputável	15.087.658	15,739%	15,768%

* (% Direitos de voto = Nº Acções Detidas / (Nº Total Acções JM - Acções Próprias))

** Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do art. 16 do Código dos Valores Mobiliários (CVM), as participações detidas directa e indirectamente pela Strand Ventures Inc, devem ser imputadas, nos termos do n.º 1 do art. 20 do CVM às seguintes sociedades:

- Banco Privado Português (Cayman) Ltd., mediante contrato de gestão de carteira da totalidade da participação na Jerónimo Martins, SGPS, SA;

- Banco Privado Português, SA, mediante acordo com diversos accionistas da sociedade Strand Ventures, o qual lhe permite a eleição da maioria dos membros do órgão de administração.

Nota: Os 1.403.869 warrants que a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SA detinha da Jerónimo Martins, SGPS, SA extinguiram-se com o vencimento do empréstimo obrigacionista JMH/96 em Setembro de 2003.

Jerónimo Martins, SGPS, S.A.**Sociedade Aberta**

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 8 122

Capital social EUR 479.293.220 NIPC 500 100 144

Rua Tierno Galvan, Torre 3, 9º, Letra J

1099 - 008 LISBOA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Activo	2003			2002
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado				
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de investigação e de desenvolvimento	247	221	26	75
	<u>247</u>	<u>221</u>	<u>26</u>	<u>75</u>
Imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	176
Edifícios e outras construções	130	20	110	755
Equipamento de transporte	121	121	-	16
Ferramentas e utensílios	2	2	-	1
Equipamento administrativo	1.622	1.381	241	309
Outras imobilizações corpóreas	389	227	162	261
	<u>2.264</u>	<u>1.751</u>	<u>513</u>	<u>1.518</u>
Investimentos financeiros				
Partes de capital em empresas do grupo	506.184	272.279	233.905	211.935
Empréstimos a empresas do grupo	817.616	23.806	793.810	749.426
Partes de capital em empresas associadas	-	-	-	5.199
Investimentos em imóveis e títulos	20.561	3.205	17.356	25
	<u>1.344.361</u>	<u>299.290</u>	<u>1.045.071</u>	<u>966.585</u>
Circulante				
Dívidas de terceiros - Curto prazo				
Clientes conta corrente	373	-	373	9.430
Empresas do grupo	1.010	-	1.010	33.591
Estado e outros entes públicos	220	-	220	664
Outros devedores	2.867	187	2.680	445
	<u>4.470</u>	<u>187</u>	<u>4.283</u>	<u>44.130</u>
Depósitos bancários e caixa				
Depósitos bancários	6.354		6.354	6.347
Caixa	10		10	12
	<u>6.364</u>		<u>6.364</u>	<u>6.359</u>
Acréscimos e diferimentos				
Acréscimos de proveitos	2.228		2.228	1.425
Custos diferidos	926		926	536
	<u>3.154</u>		<u>3.154</u>	<u>1.961</u>
Total de amortizações		1.972		
Total de provisões		299.477		
Total do activo	1.360.860	301.449	1.059.411	1.020.628

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo.

Jerónimo Martins, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 8 122

Capital social EUR 479.293.220 NIPC 500 100 144

Rua Tierno Galvan, Torre 3, 9º, Letra J

1099 - 008 LISBOA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Capital Próprio e Passivo	2003	2002
Capital próprio		
Capital	479.293	479.293
Acções próprias - valor nominal	(859)	(859)
Acções próprias - descontos e prémios	(5.201)	(5.201)
Prémios de emissão de acções	22.452	22.452
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	1	1
Reservas:		
Reservas legais	22.054	22.054
Reservas para incorporação de capital	-	12.424
Reservas para acções próprias	6.060	6.060
Outras reservas	366.429	354.005
Resultados transitados	(215.716)	(9.489)
Subtotal	674.513	880.740
Resultado líquido do exercício	111.665	(206.227)
Total do capital próprio	786.178	674.513
Passivo		
Provisões para riscos e encargos		
Provisões para pensões	17.055	15.077
Outras provisões para riscos e encargos	4.205	19.943
	21.260	35.020
Dividas a terceiros - Médio e longo prazo		
Dividas a instituições de crédito	25.000	-
Empréstimos por obrigações:		
Convertíveis com opção de reembolso em acções	-	169.919
Não convertíveis	40.000	-
Fornecedores de imobilizado	56	-
	65.056	169.919
Dividas a terceiros - Curto prazo		
Empréstimos por obrigações:		
Convertíveis com opção de reembolso em acções	180.760	-
Não convertíveis	-	93.327
Dividas a instituições de crédito	3.472	22.966
Fornecedores conta corrente	385	230
Empresas do grupo	371	20.327
Outros accionistas (sócios)	7	7
Fornecedores de imobilizado	59	55
Estado e outros entes públicos	327	1.606
Outros credores	6	223
	185.387	138.741
Acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de custos	1.530	2.435
	1.530	2.435
Total do passivo	273.233	346.115
Total do capital próprio e do passivo	1.059.411	1.020.628

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo.

Jerónimo Martins, SGPS, S.A.**Sociedade Aberta**

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 8 122

Capital social EUR 479.293.220 NIPC 500 100 144

Rua Tierno Galvan, Torre 3, 9º, Letra J

1099 - 008 LISBOA**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002**

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Custos e perdas	2003	2002	Proveitos e ganhos	2003	2002
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			Vendas:		
Mercadorias	-	-	Mercadorias	-	-
Matérias	-	-	Produtos	-	-
Fornecimentos e serviços externos	4.166	6.227	Prestação de serviços	12.507	23.921
Custos com o pessoal:			Variação de produção	-	-
Remunerações	2.094	2.356	Trabalhos para a própria empresa	-	-
Encargos sociais:			Proveitos suplementares	77	81
Pensões	2.652	352	Subsídios à exploração	-	-
Outros	484	456	Outros proveitos e ganhos operacionais	-	-
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	243	383	(B)	<u>12.584</u>	<u>24.002</u>
Provisões	275	-	Rendimentos de participações de capital	98.137	90.089
Impostos	130	190	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:		
Outros custos perdas operacionais	52	98	Relativos a empresas do grupo	-	-
(A)	<u>10.096</u>	<u>10.062</u>	Outros	192	7
Perdas em empresas do grupo e associadas	-	-	Outros juros e proveitos similares:		
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	11	4.326	Relativos a empresas do grupo	2.483	17.495
Juros e custos similares:			Outros	2.298	29.157
Relativos a empresas do grupo	319	819	(D)	<u>115.694</u>	<u>160.750</u>
Outros	18.406	32.778	Proveitos e ganhos extraordinários	35.500	73.357
(C)	<u>28.832</u>	<u>47.985</u>			
Custos e perdas extraordinários	10.650	364.535			
(E)	<u>39.482</u>	<u>412.520</u>			
Impostos sobre o rendimento do exercício	47	53			
Impostos diferidos	-	27.761			
(G)	<u>39.529</u>	<u>440.334</u>			
Resultado líquido do exercício	111.665	-206.227	(F)	<u>151.194</u>	<u>234.107</u>
	<u>151.194</u>	<u>234.107</u>			
			Resultados operacionais (B) - (A) =	2.488	13.940
			Resultados financeiros (D-B) - (C-A) =	84.374	98.825
			Resultados correntes (D) - (C) =	86.862	112.765
			Resultados antes de impostos (F) - (E) =	111.712	-178.413
			Resultado líquido do exercício (F) - (G) =	111.665	-206.227

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo.

JERÓNIMO MARTINS, SGPS, S.A.**Sociedade Aberta**

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 8 122

Capital social EUR 479 293 220 NIPC 500 100 144

Rua Tierno Galvan, Torre 3, 9º Letra J

1099-008 Lisboa**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS****FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002**

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2003	2002*	2002
Prestações de serviços		13.758	25.267	23.921
Custo das prestações de serviços		(8.016)	(9.747)	(9.806)
Resultados brutos		5.742	15.520	14.115
Outros proveitos e ganhos operacionais		296	948	934
Custos administrativos		(938)	(235)	(235)
Outros custos e perdas operacionais		(1.732)	(457)	(271)
Resultados Operacionais		3.368	15.776	14.543
Custos financeiros líquidos	6	(18.344)	8.932	10.369
Ganhos (perdas) em filiais e associadas		98.359	105.745	90.001
Ganhos (perdas) em outros investimentos		4.662	(3.787)	88
Resultados não usuais / não frequentes	9	23.667	(305.079)	(293.414)
Resultados Correntes		111.712	(178.413)	(178.413)
Impostos sobre os resultados correntes	8	(47)	(27.814)	(53)
Resultados correntes após impostos		111.665	(206.227)	(178.466)
Resultados extraordinários	8	-	-	(27.761)
Resultados líquidos		111.665	(206.227)	(206.227)
Resultado básico por acção (euros)	20	1,167	(2,155)	(2,155)
Resultado básico diluído por acção (euros)	20	1,145	(2,046)	(2,046)

* reexpresso, pela aplicação da IAS 1 - ver nota 4

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo.

Jerónimo Martins, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 8 122
 Capital social EUR 479.293.220 NIPC 500 100 144
 Rua Tierno Galvan, Torre 3, 9º, Letra J
 1099 - 008 LISBOA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2003	2002
Activo			
Imobilizações corpóreas	10	513	1.518
Imobilizações incorpóreas	11	26	75
Partes de capital em empresas do grupo	13.1	227.620	205.651
Partes de capital em joint-ventures	13.2	6.285	6.285
Empréstimos a empresas do grupo	14	793.815	749.479
Investimentos financeiros disponíveis para venda	15	14.897	5.224
Total de activos não correntes		1.043.156	968.232
Activos fixos detidos para venda	12	2.459	-
Impostos a recuperar	16.3	220	664
Empréstimos a empresas do grupo	14	1.005	33.445
Devedores e acréscimos e diferimentos	17	6.207	11.928
Caixa e equivalentes de caixa	18	6.364	6.359
Total de activos correntes		16.255	52.396
Total do activo		1.059.411	1.020.628
Capital Próprio e Passivo			
Capital	19	479.293	479.293
Prémio de emissão		22.452	22.452
Acções próprias		(6.060)	(6.060)
Reservas	19	394.543	394.543
Resultados retidos		(104.050)	(215.715)
Total do capital próprio		786.178	674.513
Empréstimos obtidos	21	65.056	169.940
Benefícios concedidos a empregados	25	17.055	15.077
Provisões	22	4.205	19.943
Total de passivos não correntes		86.316	204.960
Credores e acréscimos e diferimentos	23	2.035	3.092
Empréstimos obtidos	21	184.555	136.457
Impostos a pagar	16.3	327	1.606
Total de passivos correntes		186.917	141.155
Total do capital próprio e do passivo		1.059.411	1.020.628

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo.

Jerónimo Martins, SGPS, S.A.**Sociedade Aberta**

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 8 122

Capital social EUR 479.293.220 NIPC 500 100 144

Rua Tierno Galvan, Torre 3, 9º, Letra J

1099 - 008 LISBOA

MOVIMENTOS OCORRIDOS NO CAPITAL PRÓPRIO

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Reservas	Resultados retidos	Total do capital próprio
Balanço em 1 de Janeiro de 2002		<u>479.293</u>	<u>22.452</u>	<u>(6.060)</u>	<u>394.543</u>	<u>(9.487)</u>	<u>880.741</u>
Adopção IAS 17: equipamento informático						(1)	(1)
Resultado do exercício de 2002						(206.227)	(206.227)
Balanço em 31 de Dezembro de 2002		<u>479.293</u>	<u>22.452</u>	<u>(6.060)</u>	<u>394.543</u>	<u>(215.715)</u>	<u>674.513</u>
Resultado do exercício de 2003						111.665	111.665
Balanço em 31 de Dezembro de 2003		<u>479.293</u>	<u>22.452</u>	<u>(6.060)</u>	<u>394.543</u>	<u>(104.050)</u>	<u>786.178</u>

Jerónimo Martins, SGPS, S.A.**Sociedade Aberta**

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 8 122

Capital social EUR 479 293 220 NIPC 500 100 144

R. Tierno Galvan, Torre 3, 9º, Letra J

1099 - 008 LISBOA**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002**

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2003	2002
Actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		20.637	27.505
Pagamentos a Fornecedores		(8.281)	(8.958)
Pagamentos ao pessoal		(3.248)	(3.312)
Caixa gerado pelas operações		9.108	15.235
Pagamento de juros e custos similares		(8.991)	(23.895)
Imposto sobre o rendimento pago		397	897
Outros pag./rec. relativos a actividade operacionais		700	(3.590)
Fluxo de actividades operacionais (1)		1.214	(11.352)
Actividades de Investimento			
Alienação de empresas do grupo e associadas	31.4	2.346	21.232
Alienação de investimentos financeiros disponíveis para venda	15	2.695	6.959
Reembolso de empréstimos e prest. suplem. capital concedidos a participadas	14	71.432	844.211
Alienação de imobilizações corpóreas	10	58	27
Recebimentos de juros		1.755	18.886
Dividendos recebidos		98.229	89.998
Aquisições e aumentos de capital em empresas do grupo e associadas	13.1	(37.106)	(151.090)
Aquisições de investimentos financeiros disponíveis para venda	15	(10.343)	(7.164)
Empréstimos e prestações suplementares de capital concedidos a participadas	14	(62.832)	(728.465)
Aquisição de imobilizações corpóreas	10	(128)	(84)
Fluxo de actividades de investimento (2)		66.106	94.510
Actividades de financiamento			
Recebimentos de empréstimos obtidos	21	65.000	16.260
Recebimentos de juros e proveitos similares		372	549
Reembolso de empréstimos obtidos	21	(132.688)	(100.017)
Fluxo actividades de financiamento (3)		(67.316)	(83.208)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)		5	(50)
Caixa e seus equivalentes - início do período		6.359	6.409
Caixa e seus equivalentes - Fim do período	18	6.364	6.359

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo.

Nota: O exercício de 2002 foi reexpresso pela aplicação da IAS 1. Os proveitos de serviços financeiros prestados foram reclassificados da actividade financeira para a actividade operacional (no montante de 1.751 milhares de euros).

Índice das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais

	Página
1 Actividade	16
2 Políticas contabilísticas	16
3 Conciliação dos resultados operacionais POC com a demonstração por funções (DRF)	21
4 Alteração de políticas contabilísticas	22
5 Custos com o pessoal	22
6 Custos financeiros líquidos	23
7 Locações operacionais	23
8 Imposto reconhecido na demonstração dos resultados	24
9 Resultados não usuais	24
10 Imobilizações corpóreas	24
11 Imobilizações incorpóreas	26
12 Activos fixos detidos para venda	26
13 Partes de capital	26
14 Empréstimos a empresas do grupo	27
15 Investimentos financeiros disponíveis para venda	27
16 Impostos	27
17 Devedores e acréscimos e diferimentos	28
18 Caixa e equivalentes de caixa	28
19 Capital e reservas	28
20 Resultado por acção	29
21 Empréstimos obtidos	30
22 Provisões	31
23 Credores e acréscimos e diferimentos	32
24 Instrumentos financeiros	32
25 Benefícios dos empregados	33
26 Garantias	34
27 Contingências	34
28 Partes relacionadas	34
29 Empresas do Grupo, Associadas e Outras empresas	35
30 Empresas do Grupo – Participações directas e indirectas	36
31 Transações com partes relacionadas	37
32 Interesses em joint-ventures (empreendimentos conjuntos)	39
33 Informação sobre Matérias Ambientais	39
34 Eventos subsequentes à data do balanço	39
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR	
35 Reconciliação para os princípios geralmente aceites em Portugal	40

1. Actividade

A Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JMH) é a empresa-mãe do Grupo Jerónimo Martins (Grupo) e está sediada em Lisboa. A sua actividade resulta essencialmente na gestão das participações sociais das empresas do Grupo. No final de 2003 tinha 47 empregados ao seu serviço (em 2002 eram 64).

O Grupo Jerónimo Martins dedica-se fundamentalmente à produção, distribuição e venda de géneros alimentícios e outros produtos de grande consumo. O Grupo opera em Portugal e na Polónia, tendo cerca de 27.868 empregados (em 2002 eram cerca de 30.722, onde se incluem os negócios entretanto alienados).

A JMH está cotada na Euronext Lisboa (anterior Bolsa de Valores de Lisboa e Porto) desde 1989.

2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo:

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhares de euros (**M EUR**).

A Jerónimo Martins tem vindo a preparar demonstrações financeiras consolidadas desde o exercício de 2000 de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal, com as derrogações necessárias para estarem em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as interpretações da *Standings Interpretation Committee* (SIC) do IASB.

Em 2003, a Jerónimo Martins decidiu aplicar igualmente os princípios atrás mencionados na preparação das suas demonstrações financeiras individuais.

Desta alteração não resultaram ajustamentos materialmente relevantes que possam distorcer a comparabilidade com o exercício de 2002, na medida em que, desde o ano de 2000, tem sido levado a cabo um esforço de aproximação entre as duas bases de preparação de contas, tendo resultado apenas em algumas reclassificações entre rubricas da demonstração dos resultados por funções (ver nota 4).

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico excepto no que respeita aos activos fixos detidos para venda e às partes de capital referidas na nota 2.9, os quais se encontram registados ao respectivo valor de mercado.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e suposições que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como, as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e acções correntes, em última análise os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

2.2 Reconhecimento do rédito

Prestações de serviços

Os proveitos associados com as prestações de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transacção à data de balanço.

Rendas

As rendas recebidas do arrendamento de activos fixos detidos para venda são reconhecidas em resultados financeiros no período a que dizem respeito.

Custos financeiros líquidos

Os custos financeiros líquidos representam juros de empréstimos obtidos, juros de investimentos efectuados, dividendos, ganhos e perdas cambiais, ganhos e perdas potenciais com instrumentos financeiros que não qualificam enquanto contabilidade de cobertura, ganhos e perdas na valorização de activos fixos detidos para venda e custos e proveitos com operações de financiamento.

Os custos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito. Os dividendos são reconhecidos como proveitos quando declarados.

2.3 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Euros à taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

À data do balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor a essa data e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas como resultados do exercício.

As principais cotações utilizadas à data do balanço foram as seguintes:

	Taxa em
	31 de Dezembro de 2003
Libra Esterlina	€ 1,4188

2.4 Derivados

Na gestão dos seus riscos financeiros, a JMH utiliza derivados com o único objectivo de cobertura desses riscos. De acordo com as suas políticas financeiras, a JMH não utiliza derivados para especulação.

Apesar de os derivados contratados pela JMH corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos do IAS 39. Os instrumentos que não qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em resultados financeiros.

Sempre que disponível, o justo valor dos derivados, é estimado com base em preços de mercado. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através de modelos de desconto de fluxos de caixa e modelos de valorização de opções, considerando pressupostos geralmente utilizados no mercado.

2.5 Operações de cobertura

Risco de taxa de juro (cobertura de fluxo de caixa)

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, o JMH procura contratar operações de protecção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como interest rate swaps (IRS), *caps* e *floors*, *FRA's*, etc. Na selecção de instrumentos são essencialmente valorizados os aspectos económicos dos mesmos. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira de derivados existente, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

As operações que qualifiquem como instrumentos de cobertura em relações de cobertura de fluxo de caixa, são registadas no balanço pelo seu justo valor. Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos instrumentos são inicialmente registadas por contrapartida de capitais próprios e posteriormente reclassificadas para a rubrica de custos financeiros. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos, são periodificados à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

Os ganhos ou perdas decorrentes de rescisão antecipada deste tipo de instrumentos, são reconhecidos em resultados aquando da sua ocorrência.

2.6 Locações operacionais

As rendas de contratos de locação operacional são registadas como um gasto na demonstração dos resultados numa base de linha recta durante o prazo da locação.

2.7 Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas estão relevadas pelos valores que resultaram da sua aquisição acrescidos de todos os custos necessários para a sua utilização (colocação no local de uso) líquidos das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais (em resultados extraordinários, na Demonstração dos Resultados apresentada de acordo com o POC).

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destas imobilizações são registados como custos do exercício em que ocorrem.

Contratos de locação financeira

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação financeira relativamente aos quais a JMH assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo locado são classificados como imobilizações corpóreas.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo menor do justo valor do bem locado ou do valor actual das rendas de locação vincendas.

Os activos adquiridos em locação financeira são amortizados de acordo com a política estabelecida pela JMH para as imobilizações corpóreas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos são imputados aos respectivos períodos durante o prazo de locação a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Amortizações

As amortizações são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, em função da vida útil estimada para cada tipo de bem. As taxas de amortização anual (em %) mais importantes são as seguintes:

	%
Edifícios e outras construções	2-10
Ferramentas e utensílios	25
Equipamento de transporte	25
Equipamento administrativo	10-25
Outras imobilizações	10

2.8 Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas pelo custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Despesas de investigação e desenvolvimento

As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando é demonstrável a executabilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento e a JMH tem a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

As despesas de desenvolvimento capitalizadas incluem custos de materiais utilizados, mão de obra directa e uma proporção de gastos gerais.

Despesas com programas de computador (software)

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de software são reconhecidos como despesas quando incorridos, excepto quando esses custos sejam directamente associados a projectos de desenvolvimento em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos como activos intangíveis incluídos no montante capitalizado das despesas de desenvolvimento.

Amortizações

As amortizações são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas de amortização anual (em %) mais importantes são as seguintes:

	%
Despesas de desenvolvimento	20-33,33

2.9 Investimentos financeiros

Partes de capital

As partes de capital em empresas do grupo, associadas e joint-ventures são registadas pelo valor de aquisição. São constituídas provisões para redução de valor nos casos em que se justifique.

As partes de capital detidas que não sejam participações em empresas do grupo, associadas e joint-ventures são classificadas como investimentos financeiros disponíveis para venda e reconhecidos no balanço como activos não correntes. Estes investimentos financeiros são contabilizados ao valor de mercado, entendido como o respectivo valor de cotação à data de balanço. Sempre que as expectativas de médio prazo de mercado apontem para valorizações significativamente abaixo da cotação na data de balanço, são registadas provisões reflectindo essas perdas permanentes.

Caso não exista um valor de mercado, as participações em causa são mantidas ao custo de aquisição. São constituídas provisões para redução de valor nos casos que se justificam.

As mais e menos valias potenciais resultantes são registadas directamente em reservas até que o investimento financeiro seja vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulado anteriormente reconhecido no capital próprio é incluído no resultado líquido do período.

Sempre que as perdas potenciais representem mais de 20% do custo de aquisição dos investimentos financeiros disponíveis para venda, essas perdas são transferidas de reservas para a demonstração dos resultados.

Os empréstimos a empresas do grupo são registados pelo valor de aquisição. São constituídas provisões para redução de valor nos casos em que se justifique.

Activos fixos detidos para venda

Os activos fixos detidos para venda são contabilizados ao valor de mercado determinado por entidades especializadas e independentes.

Alterações ao justo valor dos activos fixos detidos para venda são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com o IAS 40 e incluídos em resultados financeiros.

Sempre que, por alteração do uso esperado dos activos imobilizados corpóreos, estes sejam transferidos para a rubrica activos fixos detidos para venda, o valor de transferência corresponde ao valor a que estiver registado, que deverá corresponder ao valor de mercado a essa data.

2.10 Clientes e devedores

Os saldos de clientes e devedores são contabilizados pelo valor nominal deduzido de provisão necessária para os colocar ao seu valor líquido de realização esperado.

2.11 Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria.

2.12 Imparidade

Excepto quanto aos activos fixos detidos para venda (Nota 2.9), os activos da JMH são analisados à data de cada balanço por forma a avaliar indicações de eventuais perdas por imparidade.

É determinado o valor recuperável dos activos para os quais existem indicações de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um activo excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos activos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor actual dos futuros recebimentos esperados utilizando como factor de desconto a taxa de juro efectiva implícita na operação original. Para os restantes activos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um activo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do activo em questão.

A quantia recuperável dos activos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respectiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a outros activos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respectiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o activo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.13 Acções próprias

As acções próprias adquiridas são contabilizadas, pelo valor de aquisição, como uma redução ao capital próprio.

2.14 Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

2.15 Empréstimos obrigacionistas

Obrigações de cupão-zero com opção de reembolso em acções

As obrigações de cupão-zero com opção de reembolso em acções emitidas pela JMH são contabilizadas como um passivo pelo seu valor de emissão acrescido anualmente do juro decorrido sobre o capital em dívida. Os custos com a emissão são reconhecidos no resultado do exercício ao longo da vida do empréstimo.

Outros empréstimos obrigacionistas

Os empréstimos obrigacionistas são registados no passivo pelo valor nominal. Os custos com a emissão são reconhecidos no resultado do exercício ao longo da vida do empréstimo.

2.16 Benefícios dos empregados

2.16.1 Benefícios pós emprego (reforma)

Planos de contribuição definida

Planos de contribuição definida são planos de pensões pelos quais a companhia paga contribuições fixadas de acordo com o plano a uma entidade autónoma (fundo de pensões) e não terá qualquer obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não tiver activos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos aos períodos correntes e anteriores.

As contribuições da JMH para planos de contribuição definida são contabilizadas como custo nos períodos a que respeitam.

Planos de benefícios definidos

Planos de benefício definido são planos de pensões pelos quais a companhia garante a atribuição de um determinado benefício aos colaboradores incluídos no plano à data da reforma.

A responsabilidade da JMH com planos de benefícios definidos é estimada semestralmente, à data de fecho de contas, para cada plano separadamente, por uma entidade especializada e independente. O cálculo actuarial é efectuado utilizando o método de crédito da unidade projectada. A taxa de desconto aplicada corresponde à taxa de juro das obrigações de médio e longo prazo sem risco sendo a responsabilidade assim determinada apresentada no balanço deduzida do valor dos activos dos fundos constituídos.

O custo normal do ano, o custo dos juros, o retorno dos activos do plano e os ganhos ou perdas actuariais são reconhecidos como custo ou proveito do exercício.

O efeito na responsabilidade da companhia das melhorias dos planos com serviços passados, é diferido durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos, excepto quanto ao efeito atribuível aos pensionistas o qual é reconhecido como um custo do ano em que as melhorias são atribuídas.

2.17 Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar a obrigação.

2.18 Fornecedores e outros credores

Os saldos de fornecedores e outros credores são registados pelo seu valor nominal.

2.19 Impostos sobre os lucros

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados excepto quando se relaciona com ganhos ou perdas directamente reconhecidos em reservas caso em que é também reconhecido directamente em reservas.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação.

A base tributável dos activos e passivos é determinada por forma a reflectir as consequências de tributação derivadas da forma pela qual a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa que deverá estar em vigor no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

2.20 Informação por segmentos

Por não fazer sentido reportar a informação relativa a segmentos de negócio e segmentos geográficos nas contas individuais da JMH, esta informação encontra-se pormenorizada no relatório e contas consolidado do Grupo.

3. Conciliação dos resultados operacionais POC com a demonstração por funções (DRF)

Resultados operacionais demonstração por funções	3.368	15.776
Custos financeiros líquidos (resultados operacionais POC)	(52)	(135)
Ganhos/perdas em outros investimentos (resultados operacionais POC)	420	405
Resultados não usuais / não frequentes (resultados operacionais POC)	-	(860)
Outros custos e perdas operacionais (resultados financeiros POC)	26	23
Outros proveitos e ganhos operacionais (resultados financeiros POC)	(15)	(14)
Vendas e prestações de serviços (resultados financeiros POC)	(1.671)	(1.751)
Outros custos e perdas operacionais (resultados extraordinários POC)	691	895
Outros proveitos e ganhos operacionais (resultados extraordinários POC)	(279)	(399)
Resultados operacionais POC	2.488	13.940

As principais diferenças dizem respeito aos serviços financeiros prestados, que são considerados como prestações de serviços na DRF e as rendas de activos fixos detidos para venda, considerada como ganhos (perdas) em outros investimentos.

4. Alteração de políticas contabilísticas

Conforme referido na nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras de 2003, a JMH efectuou pela primeira vez as derrogações necessárias para estarem em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as interpretações da *Standings Interpretation Committee* (SIC) do IASB.

4.1 Efeitos no exercício de 2002

A demonstração de resultados por funções de 2002 apresentada como comparativo foi reexpressa de acordo com a IAS 1, tendo-se verificado algumas reclassificações entre rubricas.

	Reexpresso	Reclassificações	Oficial
Prestações de serviços	25.267	1.346	23.921
Custo das prestações de serviços	(9.747)	59	(9.806)
Resultados brutos	15.520	1.405	14.115
Outros proveitos e ganhos operacionais	948	14	934
Custos administrativos	(235)	-	(235)
Outros custos e perdas operacionais	(457)	(186)	(271)
Resultados Operacionais	15.776	1.233	14.543
Custo financeiros líquidos	8.932	(1.437)	10.369
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	105.745	15.744	90.001
Ganhos (perdas) em outros investimentos	(3.787)	(3.875)	88
Resultados não usuais / não frequentes	(305.079)	(11.665)	(293.414)
Resultados Correntes	(178.413)	-	(178.413)
Impostos sobre os resultados correntes	(27.814)	(27.761)	(53)
Resultados correntes após impostos	(206.227)	(27.761)	(178.466)
Resultados extraordinários	-	27.761	(27.761)
Resultados líquidos	(206.227)	-	(206.227)

As reclassificações respeitam a diferenças na apresentação de: serviços financeiros prestados, rendas de activos fixos detidos para venda, despesas bancárias administrativas, diferenças cambiais em pagamentos/recebimentos correntes, *swaps* e empréstimos em moeda estrangeira, juros de empréstimos a empresas do grupo e custos e perdas com investimentos financeiros disponíveis para venda.

O montante de M EUR 27.761, relativo à anulação de impostos diferidos activos registada na rubrica de resultados extraordinários, foi reclassificada para impostos sobre os resultados correntes.

5. Custos com o pessoal

	2003	2002
Ordenados e salários	2.094	2.356
Segurança social	329	379
Custos com pensões	2.652	352
Outros custos com pessoal	155	77
	5.230	3.164

Os outros custos com pessoal englobam seguros de acidentes de trabalho, acção social, formação e indemnizações, entre outros.

No final do exercício de 2003, o número de empregados ao serviço ascendia a 47 (em 2002 eram 64).

O número médio de empregados ao longo do ano foi de 58 (em 2002 eram 89).

6. Custos financeiros líquidos

	2003	2002
Custos financeiros		
Juros suportados	(14.965)	(16.983)
Valorização ao justo valor de instrumentos financeiros não qualificados como cobertura	(179)	-
Outros custos financeiros	(3.570)	(5.668)
	<u>(18.714)</u>	<u>(22.651)</u>
Proveitos financeiros		
Juros obtidos	370	3.187
	<u>370</u>	<u>3.187</u>
Resultados de diferenças cambiais	-	28.396
Custos financeiros líquidos	<u>(18.344)</u>	<u>8.932</u>

Os outros custos financeiros incluem, entre outros, imposto de selo por abertura de crédito e encargos de emissão de dívida de médio e longo prazo diferidos pelo prazo do empréstimo.

A valorização ao justo valor de instrumentos financeiros não qualificados como cobertura encontra-se explicitada na nota 24.2.

7. Locações operacionais

Os contratos de aluguer de viaturas ao serviço da JMH revestem a natureza de locações operacionais. Estes não prevêem renovação, nem opção de compra no final do mesmo, nem qualquer valor referente a rendas contingentes. Todos os contratos são canceláveis mediante um pré-aviso e não impõem restrições de qualquer natureza ao nível de dividendos ou dívida.

As responsabilidades futuras com locações operacionais resumem-se a penalizações associadas ao cancelamento dos contratos de um dos nossos fornecedores. São como se seguem:

Responsabilidades com locações operacionais

	2003
Pagamentos até 1 ano	92
Pagamentos entre 1 e 5 anos	-
Pagamentos a mais de 5 anos	-
Total pagamentos futuros	<u>92</u>

Com a celebração de novos contratos, estes incluem, em 2003, uma cláusula que prevê uma penalização por cancelamento antecipado. Os contratos celebrados até ao final de 2002 não estipulavam qualquer penalização.

Os custos registados no exercício relativos a locações operacionais são como se apresentam:

Custos com rendas/alugueres registados em resultados do exercício

	2003	2002
Equipamento de Transporte	198	208
Total de custos no exercício	<u>198</u>	<u>208</u>

8. Imposto reconhecido na demonstração dos resultados

8.1 Imposto corrente

O imposto corrente de 2003 é constituído por tributações autónomas no montante de M EUR 47.

	2003	2002
Imposto corrente do exercício	47	53
Imposto diferido do exercício	-	27.761
	<u>47</u>	<u>27.814</u>

8.2 Reconciliação da taxa efectiva de imposto

	2003	2002
Resultado antes de imposto (RAI)	111.712	(178.413)
Imposto à taxa de 33%	(36.865)	58.876
Resultado não sujeito a imposto e não recuperáveis	36.865	(58.876)
Anulação de impostos diferidos de exercícios anteriores	-	27.761
Tributações autónomas	47	53
Imposto do ano	<u>47</u>	<u>27.814</u>
Taxa média efectiva de imposto	<u>-0,04%</u>	<u>15,59%</u>

9. Resultados não usuais

	2003	2002
Perdas na alienação Lillywhites	(50)	(1.455)
Perdas na alienação Sponsol	-	(3.354)
Perdas na alienação JMD Brasil	-	(447)
Aumento/redução provisões invest. financeiros	5.677	(278.881)
Aumento/redução provisões para riscos e encargos	16.013	(19.943)
Ganhos na alienação Oniway	-	95
Ganhos na alienação Águas	-	12.428
Ganhos na alienação Hussel	2.027	-
Diferenças cambiais swap	-	(13.534)
Outras perdas/ganhos não usuais	-	12
	<u>23.667</u>	<u>(305.079)</u>

Os resultados não usuais de 2002 foram influenciados na sua maioria por alienações de investimentos financeiros e perdas potenciais associadas também a investimentos financeiros.

Os resultados não usuais de 2003 são influenciados significativamente por uma redução da provisão para riscos e encargos (ver nota 22).

10. Imobilizações corpóreas

A companhia detém um imóvel em Vila Franca de Xira (terreno e edifício) que esteve arrendado a uma empresa do grupo até 2003. No final deste exercício, este imóvel foi considerado como disponível para venda, tendo-se procedido à sua transferência de imobilizações corpóreas para activos fixos detidos para venda (investimentos em imóveis no balanço preparado de acordo com o POC) no montante líquido de M EUR 844 – ver nota 12.

A companhia iniciou em 2002 um processo de racionalização operacional e de redução de custos, tendo procedido a uma concentração dos seus serviços administrativos, o que originou uma diminuição das instalações necessárias ao prosseguimento da sua actividade. Desta forma, na sequência da libertação de algumas instalações no decurso de 2003, procedeu-se ao abate de algumas benfeitorias realizadas (o montante líquido dos abates foi de M EUR 139).

10.1 Movimentos ocorridos no exercício

Activo Bruto

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	176	-	-	(176)	-
Edifícios e outras construções	1.226	87	-	(1.183)	130
Equipamento de transporte	414	-	(269)	(24)	121
Ferramentas e utensílios	2	-	-	-	2
Equipamento administrativo	1.870	102	-	(350)	1.622
Outras imobilizações corpóreas	866	-	-	(477)	389
	4.554	189	(269)	(2.210)	2.264

Amortizações e provisões acumuladas

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações corpóreas					
Edifícios e outras construções	471	24	-	(475)	20
Equipamento de transporte	398	-	(269)	(8)	121
Ferramentas e utensílios	1	1	-	-	2
Equipamento administrativo	1.561	131	-	(311)	1.381
Outras imobilizações corpóreas	605	39	-	(417)	227
	3.036	195	(269)	(1.211)	1.751
Valor líquido	1.518				513

10.2 Equipamento em regime de locação financeira

Os alugueres de equipamento informático ao serviço da JMH revestem a natureza de locação financeira. Estes contratos prevêem opção de compra no final do mesmo e não prevêem qualquer valor referente a rendas contingentes, nem existem restrições de qualquer natureza ao nível de dividendos ou dívida.

As responsabilidades ainda não liquidadas relativas a contratos de locação financeira são referidas na nota 21.6. O valor dos bens em locação financeira é o seguinte:

	Saldo final 2002	Aumentos	Diminuições	Saldo final 2003
Equipamento de informática				
Imobilizações corpóreas	171	96	-	267
Amortização acumulada	(107)	(47)	-	(154)
Total	64	49	-	113
Amortizações do Exercício				47

10.3 Garantias

Não foram dados quaisquer activos em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

11. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas por Despesas de investigação e de desenvolvimento e contém despesas suportadas com a implementação do novo sistema informático SAP que entrou em produtivo em 1999, no valor de M EUR 247.

Activo Bruto

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de investigação e de desenvolvimento	247	-	-	-	247
	247	-	-	-	247

Amortizações e provisões acumuladas

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de investigação e de desenvolvimento	172	49	-	-	221
	172	49	-	-	221
Valor líquido	75				26

12. Activos fixos detidos para venda

Conforme descrito na Nota 10, durante o exercício de 2003, o imóvel de Vila Franca de Xira (terreno e edifício) foi considerado para venda, tendo-se procedido à sua transferência de imobilizações corpóreas para investimentos em imóveis.

	2003
Saldo inicial	-
Transferência de imob. corpóreo (líquido)	844
Reavaliação do imóvel	1.626
Amortizações	(11)
Saldo final	2.459

Em Junho de 2003, com base em avaliações independentes, efectuou-se uma reavaliação do imóvel no montante de M EUR 1.626, registada como proveito em resultados financeiros.

13. Partes de capital

13.1 Em empresas do grupo

	2003	2002
Valor líquido em 1 de Janeiro	205.651	344.653
Aumentos	37.106	151.090
Diminuições	(319)	(111.000)
Aumentos das provisões	(14.818)	(234.582)
Redução das provisões	-	55.490
Valor líquido em 31 de Dezembro	227.620	205.651

Neste exercício, a JMH efectuou um aumento de capital na participada Hermes no montante de M EUR 37.076 e adquiriu uma participação directa na Imocash pelo montante de M EUR 30 (ver nota 31.3). Alienou a participação de M EUR 319 que detinha na Hussel (ver nota 31.4).

13.2 Em joint-ventures

As partes de capital em joint ventures ascendiam a M EUR 6.285 (2002: M EUR 6.285). Ver nota 32.

14. Empréstimos a empresas do grupo

Empréstimos não correntes	2003	2002
Valor líquido em 1 de Janeiro	749.479	649.065
Aumentos	118.211	728.212
Diminuições	(94.371)	(583.498)
Aumentos das provisões	(9.871)	(44.300)
Redução das provisões	30.367	-
Valor líquido em 31 de Dezembro	793.815	749.479
Empréstimos correntes	2003	2002
Valor líquido em 1 de Janeiro	33.445	292.708
Aumentos	710	132.431
Diminuições	(33.150)	(391.694)
Valor líquido em 31 de Dezembro	1.005	33.445

Os empréstimos correntes vencem juros a taxas normais de mercado. Os empréstimos não correntes revestem a natureza de prestações suplementares de capital e, como tal, não vencem juros.

15. Investimentos financeiros disponíveis para venda

	2003	2002
Acções BCP	17.602	9.525
Outros	25	25
	17.627	9.550
Provisões para o valor realizável (ver nota 22)	(2.730)	(4.326)
	14.897	5.224

Em 2003, foram adquiridas 6.676.266 acções do BCP – destas, 688.065 acções foram adquiridas na sequência do aumento de capital de Março 2003. Durante o exercício, foram ainda alienadas 1.523.132 acções do BCP.

Em 31 de Dezembro de 2003, a totalidade dos títulos do BCP em carteira foram valorizados ao valor de mercado – cotação a 31 de Dezembro de 2003 de 1,77 euros – Euronext Lisboa.

16. Impostos

16.1 Impostos diferidos activos e passivos

A JMH não reconheceu impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais em virtude de não esperar a ocorrência de lucros fiscais futuros suficientes para assegurar a recuperabilidade dos impostos diferidos activos abaixo referidos.

16.2 Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais

Os montantes de impostos diferidos não reconhecidos são como se apresenta:

	2003	2002
Prejuizos fiscais	48.662	40.183
Taxa de imposto	27,5%	33,0%
Impostos diferidos activos (não reconhecidos)	13.382	13.260

16.3 Impostos a recuperar e a pagar

Impostos a recuperar

	2003	2002
IRC a receber	220	664
	<u>220</u>	<u>664</u>

Impostos a pagar

IVA a pagar	183	1.422
IRS retido	70	95
Segurança social	36	51
Imp. Municipal sobre Imóveis	38	38
	<u>327</u>	<u>1.606</u>

17. Devedores e acréscimos e diferimentos

	2003	2002
Empresas do grupo e associadas	3.011	9.522
Saldos devedores de fornecedores	1	412
Pessoal	23	12
Outros devedores	18	21
Acréscimos de proveitos	2.228	1.425
Custos diferidos	926	536
	<u>6.207</u>	<u>11.928</u>

Os valores em Empresas do grupo e associadas dizem respeito essencialmente a facturas emitidas a empresas do grupo, relativas a prestações de serviços de diversas naturezas.

Os Acréscimos de proveitos correspondem ao reconhecimento de M EUR 17 de juros a receber, M EUR 90 de rappel de comunicações e M EUR 2.121 relativos a prestação de serviços técnicos e administrativos a participadas.

A rubrica de Custos diferidos é composta por M EUR 15 de rendas pagas antecipadamente, M EUR 768 de custos com emissão de obrigações e papel comercial, M EUR 115 de juros de empréstimos bancários pagos antecipadamente, M EUR 17 de prémios de seguros e M EUR 11 de outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efectuado ainda no exercício de 2003, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

18. Caixa e equivalentes de caixa

	2003	2002
Depósitos à ordem	14	7
Aplicações de tesouraria	6.340	6.340
Caixa e equivalentes de caixa	10	12
	<u>6.364</u>	<u>6.359</u>

19. Capital e reservas

19.1 Capital social e prémio de emissão

O capital social autorizado é composto por 95.858.644 acções ordinárias (2002: 95.858.644). Todas as acções têm um valor nominal de cinco euros.

Os detentores de acções ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral e têm direito a um voto por cada 100 acções detidas. Não existem acções preferenciais. Os direitos relativos às acções detidas em carteira pela companhia encontram-se suspensos até essas acções serem de novo colocadas no mercado.

No exercício de 2003, não se verificaram movimentos em Prémios de emissão de acções, mantendo-se o valor do exercício de 2002 no montante de M EUR 22.452.

19.2 Acções próprias

A reserva para acções próprias reflecte o custo das acções detidas em carteira pela companhia. À data de 31 de Dezembro de 2003 a companhia detinha 171.800 acções próprias (2002: 171.800).

19.3 Reservas

Em 31 de Dezembro de 2003, o montante total de reservas ascende a M EUR 394.543, resultante de resultados gerados em exercícios anteriores (2002: M EUR 394.543). Deste montante não poderão ser distribuídos: M EUR 6.060 correspondente ao montante pelo qual as acções próprias se encontram contabilizadas (art. 324 do Código das Sociedades Comerciais); M EUR 22.054 correspondente à reserva legal (arts. 218, 295 e 296 do Código das Sociedades Comerciais); M EUR 104.050 correspondente aos resultados retidos negativos.

19.4 Dividendos

Considerando os resultados da companhia em 2003, o Conselho de Administração vai propor à Assembleia Geral que não seja atribuído qualquer dividendo de Jerónimo Martins SGPS, S.A.

20. Resultado por acção

20.1 Resultado básico por acção

O cálculo do resultado básico por acção baseia-se no lucro líquido atribuível aos accionistas ordinários de M EUR 111.665 (2002: prejuízo de M EUR 206.227) e no número médio ponderado de acções ordinárias pendentes no período que ascendem a 95.686.844 (2002: 95.686.844).

20.2 Número médio ponderado de acções ordinárias

	2003	2002
Acções ordinárias emitidas no início do ano	95.858.644	95.858.644
Acções próprias no início do ano	171.800	171.800
Acções próprias adquiridas durante o ano	-	-
Acções emitidas durante o ano	-	-
	<u>95.686.844</u>	<u>95.686.844</u>

20.3 Resultado diluído por acção

O cálculo do resultado diluído por acção baseia-se no lucro líquido atribuível aos accionistas ordinários de M EUR 112.954 (2002: prejuízo de M EUR 204.244) e no número médio ponderado de acções ordinárias diluído pendentes no período de 98.614.158 (2002: 99.828.200).

20.4 Resultado líquido atribuível aos accionistas ordinários (diluído)

	2003	2002
Resultado líquido do exercício atribuível a accionistas ordinários	111.665	(206.227)
Efeito (líquido de imposto) dos juros relativos a <i>warrants</i> (até 15 de Setembro)	1.289	1.983
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas ordinários (diluído)	<u>112.954</u>	<u>(204.244)</u>

20.5 Número médio ponderado de acções ordinárias (diluído)

	2003	2002
Número médio ponderado de acções ordinárias	95.686.844	95.686.844
Efeitos da conversão de <i>warrants</i> (até 15 de Setembro)	2.927.314	4.141.356
Número médio ponderado de acções ordinárias (diluído)	98.614.158	99.828.200
Resultado por acção - euros	<u>1,167</u>	<u>(2,155)</u>
Resultado por acção (diluído) - euros	<u>1,145</u>	<u>(2,046)</u>

21. Empréstimos obtidos

Esta nota fornece informação sobre os termos dos contratos de empréstimo e outro tipo de formas de financiamento. A nota 24 proporciona informação adicional sobre a exposição da companhia aos riscos de taxa de juro.

21.1 Empréstimos correntes e não correntes

	2003	2002
Empréstimos não correntes		
Empréstimos bancários	25.000	-
Empréstimos por obrigações	40.000	169.919
Responsabilidades com locação financeira	56	21
	<u>65.056</u>	<u>169.940</u>
Empréstimos correntes		
Empréstimos por obrigações	180.760	93.327
Descobertos bancários	3.472	22.966
Empréstimos de empresas do grupo	266	20.133
Responsabilidades com locação financeira	57	31
	<u>184.555</u>	<u>136.457</u>

21.2 Termos e prazos de reembolso dos empréstimos

	Taxa média	Total	Menos de 1 ano	1 a 5 anos
Empréstimos bancários: Papel comercial	3,72%	25.000	-	25.000
Empréstimos por obrigações JMH/97	6,38%	180.760	180.760	-
Empréstimos por obrigações JMH/03	4,13%	40.000	-	40.000
Descobertos bancários	3,60%	3.472	3.472	-
Responsabilidades com locações financeiras	6,07%	113	57	56
Empréstimos de empresas do grupo	3,90%	266	266	-
		<u>249.611</u>	<u>184.555</u>	<u>65.056</u>

21.3 Empréstimos obrigacionistas

	2003	2002
Obrigações cupão zero com opção de reembolso em acções	180.760	169.919
Obrigações com <i>warrants</i>	-	93.327
Obrigações não convertíveis	40.000	-
	<u>220.760</u>	<u>263.246</u>

Obrigações Cupão Zero

Em Dezembro de 1997 foram emitidas 25 milhões de obrigações JMH cupão zero, sendo que, na conversão para o euro passaram a 12.469.947.427, cada uma com valor nominal de 0,01 euro. Não tendo sido exercida a opção de reembolso antecipado em Dezembro de 2002, estas obrigações podem ser reembolsadas na maturidade em Dezembro de 2004, em dinheiro ou por emissão de acções JM. A opção de pagamento em dinheiro ou em acções existe apenas para a emitente. A taxa de juro é fixa de 6,38%.

Obrigações com *warrants*

Em Setembro, venceu-se a emissão obrigacionista JMH/96 de 2.281.761 obrigações com *warrants* Jerónimo Martins, ao valor nominal de 8.200\$, que após conversão para o euro, passaram a 9.332.728.225 com valor nominal de 0,01 euro.

Obrigações não convertíveis

Em Outubro de 2003 foram emitidas 8.000.000 obrigações não convertíveis, com um valor nominal de 5 euros, a um prazo de 5 anos. A maturidade destas obrigações é Outubro de 2008 e a taxa de juro é variável.

As datas de reembolso dos empréstimos obrigacionistas são as seguintes:

Ano	Montante
2004	180.760
2008	40.000
	<u>220.760</u>

21.4 Empréstimos bancários: papel comercial

Em Setembro de 2003 foi celebrado um empréstimo bancário sob a forma de programa de papel comercial, no montante de M EUR 25.000, com vencimento em Setembro de 2008. A taxa de juro é variável pode ser reembolsado a qualquer momento por opção da JMH.

21.5 Warrants

Dos 2.281.761 *warrants* emitidos com o empréstimo obrigacionista de 1996, encontravam-se por exercer 1.656.542 *warrants*, que se extinguíram com o vencimento do empréstimo obrigacionista, em Setembro de 2003 (ver nota 21.3).

21.6 Responsabilidades com locações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2003, as responsabilidades com locações financeiras são como se apresenta:

	2003	2002
Pagamentos até 1 ano	61	33
Pagamentos entre 1 e 5 anos	60	22
	<u>121</u>	<u>55</u>
Pagamento de juros futuros	(8)	(3)
Valor presente das responsabilidades	<u>113</u>	<u>52</u>

22. Provisões

Rubricas	Saldo inicial	Constituição	Utilização	Saldo final
Devedores duvidosos	187	-	-	187
Partes de capital em empresas do grupo	257.461	14.818	-	272.279
Empréstimos a empresas do grupo	44.300	9.872	30.367	23.805
Investimentos financeiros detidos para venda	4.326	-	1.596	2.730
Benefícios a empregados	15.077	2.608	630	17.055
Outros riscos e encargos	19.943	275	16.013	4.205
	<u>341.294</u>	<u>27.573</u>	<u>48.606</u>	<u>320.261</u>

A provisão para outros riscos e encargos inclui o montante de M EUR 3.930 relativo às responsabilidades potenciais associadas aos capitais próprios negativos de uma participada e o montante de M EUR 275 para encargos com o pessoal a liquidar em 2004.

23. Credores e acréscimos e diferimentos

	2003	2002
Montantes a liquidar a empresas do grupo	105	194
Credores comerciais	391	239
Credores não comerciais	9	224
Acréscimos de custos	1.530	2.435
	<u>2.035</u>	<u>3.092</u>

A rubrica de Acréscimos de custos é composta pelo montante de remunerações a liquidar ao pessoal de M EUR 590, juros a pagar no valor de M EUR 592, benefícios de reforma a liquidar no valor de M EUR 78 e valorização de instrumentos financeiros no valor de M EUR 179 (ver nota 24.2). Os restantes M EUR 91 correspondem a diversos custos (utilities, seguros, consultores, rendas, etc.), relativos ao exercício de 2003, e que não foram facturados pelas entidades competentes até ao final do exercício.

24. Instrumentos financeiros

24.1 Risco de taxa de juro

Portfólio de Derivados de Taxa de Juro (DTJ)

A gestão de risco de taxa de juro é feita com recurso a instrumentos derivados, tais como, *swaps* e opções. Tratam-se de ferramentas eficientes e de baixo custo para cobrir ou anular variações negativas nos *cash flows* associados ao serviço da dívida.

No final do ano de 2003 a Jerónimo Martins SGPS tinha em carteira os seguintes DTJ:

Designação	Contratação	Montante	Marked-to-Market (M2M)
<i>KO Cap</i>	14-Nov-03	€10.000.000	(€36.525)
<i>Maxi Cap Floored</i>	10-Dez-03	€10.000.000	(€142.924)
Total	-	€20.000.000	(€179.449)

Descrição das operações:

1. *KO Cap*

Início:	12-Mar-04
Maturidade:	12-Set-08
Cobertura:	Papel Comercial emitido em Set/03 a 5 anos
JMH paga:	a) se Índice < 3.345%, JMH paga Índice; b) se 3.345% < Índice < Barreira, JMH paga 3.345%, c) se Índice > Barreira, JMH paga Índice. Todos os pagamentos são efectuados na base Act/360, semestralmente (Março e Setembro).
JMH recebe:	Euribor 3m, "set in advance", na base Act/360, trimestralmente (Março, Junho, Setembro e Dezembro)
Índice:	Euribor 12m, "set in arrears"
Barreira:	O nível da barreira varia consoante o cupão

Cupão	Barreira
2	3.75%
3	4.25%
4	4.50%
5	4.65%
6	5.00%
7	5.10%
8	5.30%
9	5.50%
10	5.50%

2. Maxi Cap Floored

Início:	03-Abr-04
Maturidade:	03-Out-08
Cobertura:	Empréstimo obrigacionista emitido em Out/03 a 5 anos
JMH paga:	a) se Índice < 2.20%, JMH paga 2.20%; b) se 2.20% < Índice < 2.45%, JMH paga Índice; c) se 2.45% < Índice < Barreira, JMH paga 2.45%; d) se Índice > Barreira, JMH paga Índice. Todos os pagamentos são efectuados na base Act/360, semestralmente (Abril e Outubro),
JMH recebe:	Euribor 6m, "set in advance", na base Act/360, semestralmente (Abril e Outubro)
Índice:	Max {US Libor 12m "set in arrears", Euribor 12m "set in arrears"}
Barreira:	O nível da barreira varia consoante o cupão

Cupão	Barreira
2	3.85%
3	4.25%
4	4.65%
5	5.00%
6	5.40%
7	5.65%
8	5.85%
9	6.00%
10	6.10%

24.2 Reflexos nas demonstrações financeiras

O impacto resultante do M2M dos instrumentos acima referidos nas demonstrações financeiras da JMH traduziu-se num custo financeiro de M EUR 179, registado como contrapartida de Credores e acréscimos e diferimentos.

25. Benefícios dos empregados

25.1 Plano de contribuição definida para activos com fundo gerido por uma terceira entidade

A Jerónimo Martins tinha implementado um plano de complemento de reforma de benefícios definidos para os seus colaboradores no activo, assegurado por um fundo de pensões gerido por uma entidade independente.

Por decisão da Comissão Executiva, este plano foi convertido num plano de contribuição definida. Esta medida permite controlar os custos relativos à atribuição de benefícios e simultaneamente incentivar a participação dos colaboradores na construção da sua própria reforma. Esta alteração produziu efeitos a partir de 1 de Junho de 2003.

O plano de benefícios definidos manteve-se para os ex-colaboradores que se encontravam à data da alteração a receber complemento de reforma.

As responsabilidades decorrentes do plano antigo, ainda não financiadas bem como as contribuições ao abrigo do novo plano de contribuição definida, relativas ao período de Junho a Dezembro, encontram-se registadas nas demonstrações financeiras.

Movimento ocorrido no exercício:

Responsabilidades a 1 de Janeiro 2003	35
Custos do exercício	43
Contribuições do exercício	-
Responsabilidades a 31 de Dezembro 2003	78

O montante de M EUR 78 encontra-se registado no passivo na rubrica de Credores e acréscimos e diferimentos.

25.2 Plano de benefícios definidos para ex-colaboradores a cargo da empresa

Este plano é avaliado semestralmente por uma entidade independente. De acordo com a avaliação actuarial reportada a 31 de Dezembro de 2003, as responsabilidades ascendem a M EUR 17.055, encontram-se totalmente provisionadas e registadas no passivo na rubrica de benefícios concedidos a empregados.

Movimento ocorrido no exercício:

	2003	2002
Saldo a 1 de Janeiro 2003	15.077	15.315
Custos do exercício	2.608	411
Pagamentos de pensões	(630)	(649)
Saldo a 31 de Dezembro 2003	17.055	15.077

Pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades:

Rubricas	Valores
Tábua de mortalidade	TV 73/77
Diferença entre taxa de rendimento e taxa de crescimento das pensões	3%

26. Garantias

Existem garantias bancárias prestadas a favor da D.G.C.I. no montante de M EUR 56.

27. Contingências

Conforme referido na nota 22, a JMH detém uma participação numa sociedade que tem os capitais próprios negativos. Criou-se uma provisão para investimentos financeiros que reduz o investimento para zero. Adicionalmente, existe uma provisão para riscos e encargos relativa às responsabilidades potenciais associadas aos capitais próprios negativos.

28. Partes relacionadas

28.1 Benefícios atribuídos a administradores

A companhia atribui aos Administradores o direito a vir a auferir um complemento de reforma, desde que tenham exercido funções durante pelo menos 10 anos como Administradores executivos e que se reformem no exercício do cargo com a idade de 65 anos.

Este benefício corresponde a um complemento das pensões de que sejam beneficiários por forma a que recebam um montante equivalente ao último salário líquido de que eram beneficiários à data da reforma.

28.2 Remunerações dos Administradores

Os custos associados a remunerações atribuídas aos Administradores são como se apresenta:

	2003	2002
Administradores executivos	907	907
Administradores não executivos	90	95
	997	1.002

As remunerações apresentadas no quadro acima, que incluem a totalidade das empresas do Grupo, referem-se aos 3 Administradores executivos e 4 Administradores não executivos da Jerónimo Martins, SGPS, S.A.

29. Empresas do Grupo, Associadas e Outras empresas

As participações directas da JMH, a 31 de Dezembro de 2003, são como se apresenta:

Firma	Observ.	Sede	% Participação	Fracção cap. detido	Activo	Capital Próprio	Resultado
<u>PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS DO GRUPO</u>							
Jerónimo Martins – Distrib. de Prod. de Consumo, Lda.	a)	Lisboa	100,0%	1.746	29.656	4.241	2.146
Recheio, SGPS, S.A.	a)	Lisboa	15,93%	23.850	913.757	666.546	23.146
Desimo – Desenvolvimento e Gestão Imobiliária, Lda.	a)	Lisboa	100,00%	50	532	158	(24)
JMR - Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, SA	a)	Lisboa	51,00%	168.300	1.331.546	1.018.295	43.451
Comespa-Gestão de Espaços Comerciais, S.A.	a)	Lisboa	51,00%	26	1.721	156	113
Jerónimo Martins Serviços, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	50	1.714	48	(643)
Servicompra - Consultores de Aprovisionamento, Lda	a)	Lisboa	96,00%	5	198.966	198.883	6.450
Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.	a)	Lisboa	1,00%	30	52.939	7.537	1.623
Larantigo – Sociedade de Construções, S.A.	a)	Lisboa	0,20%	1	5.308	5.193	63
Hermes - Soc. de Invest. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	a) b)	Funchal	99,99%	999	40.943	40.897	1.314
Eva – Soc. de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda	a)	Funchal	5,60%	28	710.641	710.620	43.066
PSQ – Soc. de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda	a)	Funchal	11,00%	55	87.432	87.431	12.361
Friedman – Soc. de Investim. Mobiliários e Imobiliários, Lda	a)	Funchal	100,00%	5	174.686	174.684	6.609
JMFC1 – Jerónimo Martins Finance Company, Limited	a) b) d)	Dublin	100,00%	100	9.166	(3.592)	6.014
JM Holdings UK, Ltd	a) b)	Londres	100,00%	8.312	70	70	-27
Soc. Com. de Representações Socorel Lda	a) b)	Angola	90,00%	7	c)	c)	c)
Empal - Emp. Ind. de Produtos Alimentares, Lda.	a) b)	Angola	60,00%	18	c)	c)	c)

PARTES DE CAPITAL EM JOINT-VENTURES

Fima/VG - Distribuição de Produtos Alimentares, Lda		Lisboa	60,00%	5.400	334.639	76.571	15.170
LeverElida – Distrib. de Prod. Limp. e Higiene Pessoal, Lda.		Lisboa	40,00%	2.000	210.695	51.468	22.590
IgloOlá – Distribuição de Gelados e UltraCongelados, Lda		Lisboa	26,00%	1.300	218.863	60.279	12.480

INVESTIMENTOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA (EM POC: IMÓVEIS E TÍTULOS)

BCP - Banco Comercial Português, S.A.	b)	Porto	0,26%	8.403	67.687.984	2.851.208	437.654
Locanda Avis do Chiado, S.A.		Lisboa	6,20%	17	c)	c)	c)

a) Para efeitos número 3 do artigo 486º do Código das Sociedades Comerciais, declaramos que as sociedades indicadas são detidas por maioria de capital.

b) Está constituída provisão para ajustamento do valor

c) Não disponíveis

d) Esta empresa tem o exercício económico diferente do ano civil, encerrando as contas em Novembro

Esta nota corresponde à nota 16 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados elaborada de acordo com o POC.

30. Empresas do Grupo – Participações directas e indirectas

No quadro abaixo, estão discriminadas as empresas detidas pela Jerónimo Martins, SGPS, S.A., directa e indirectamente a 31 de Dezembro de 2003, divididas por áreas de negócio:

Retalho Portugal

Companhia	Sede	% Capital detido
JMR – Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A.	Lisboa	51,00
Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A.	Lisboa	51,00
Supertur – Imobiliária, Comércio e Turismo, S.A.	Lisboa	51,00
Feira Nova – Hipermercados, S.A.	Lisboa	51,00
Bazar Novo – Distribuição de Produtos Não Alimentares, Lda.	Lisboa	51,00
Gestiretalho – Gestão e Consultoria para a Distribuição a Retalho, S.A.	Lisboa	51,00
Imoretalho – Gestão de Imóveis, S.A.	Lisboa	51,00
Bento & Martins, Lda	Lisboa	51,00
Casal de São Pedro – Administração de Bens, S.A.	Lisboa	51,00
Jerónimo Martins Finance Company (2), Limited	Dublin (Irlanda)	51,00
EVA – Sociedade de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda.	Funchal	51,00
Moser & Branco – Distribuição Alimentar, S.A.	Carregal do Sal	51,00
Cunha & Branco – Distribuição Alimentar, S.A.	Águeda	51,00
Electric Co – Distribuição de Produtos não Alimentares, Lda.	Lisboa	51,00
Dantas & Vale, S.A.	Lisboa	51,00

Madeira

Companhia	Sede	% Capital detido
Funchalgest- Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Funchal	75,50
João Gomes Camacho, S.A.	Funchal	75,50
Lidosol II – Distribuição de Produtos Alimentares, S.A.	Funchal	75,50
Idole-Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, Lda.	Lisboa	75,50
Lidininvest – Gestão de Imóveis, S.A.	Funchal	75,50

Cash & Carry

Companhia	Sede	% Capital detido
Recheio, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00
Recheio-Cash & Carry, S.A.	Lisboa	100,00
Noredis – Sociedade de Representações e Distribuição do Norte, S.A.	Lisboa	100,00
Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.	Lisboa	100,00
Larantigo – Sociedade de Construções, S.A.	Lisboa	100,00
PSQ – Sociedade de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda.	Funchal	100,00

Serviços

Companhia	Sede	% Capital detido
Jerónimo Martins – Distribuição de Produtos de Consumo, Lda.	Lisboa	100,00
Caterplus – Comercialização e Distribuição Produtos de Consumo, Lda.	Lisboa	49,00
Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A.	Lisboa	51,00
Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A. (ex. Centro Dominó)	Lisboa	100,00

Retalho Polónia

Companhia	Sede	% Capital detido
Beleggingsmaatschappij Tand B.V.	Rotterdam (Holanda)	100,00
Jerónimo Martins Dystrybucja Sp. zo.o	Poznan (Polónia)	100,00
Sklepy Spozywece Sp. zo.o	Poznan (Polónia)	99,98
Twoje Sklepy Spozywece Sp. zo.o	Poznan (Polónia)	100,00
Tip Marken – Discount Handelsgesellschaft mbh	Sarstedt (Alemanha)	100,00
PITT Sp. Zo.o	Poznan (Polónia)	100,00

Indústria

As participações abaixo resultam da joint-venture com o Grupo Unilever:

Companhia	Sede	% Capital detido
Fima/VG Distribuição de Produtos Alimentares, Lda.	Lisboa	60,00
Fima - Produtos Alimentares, S.A.	Lisboa	60,00
Victor Guedes – Indústria e Comércio, S.A.	Lisboa	60,00
LeverElida – Distribuição de Produtos de Limpeza e Higiene Pessoal, Lda.	Lisboa	40,00
Indústrias Lever Portuguesa, S.A.	Lisboa	40,00
IgloOlá – Distribuição de Gelados e Ultracongelados, Lda.	Lisboa	26,00
Iglo – Indústria de Gelados, S.A.	Lisboa	26,00
Gelcasa – Comercialização de Gelados e Ultracongelados, S.A.	Lisboa	26,00

Outros

Companhia	Sede	% Capital detido
JM Holdings UK, Ltd	Londres (Inglaterra)	100,00
Hermes–Sociedade Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda.	Funchal	100,00
Friedman - Sociedade Investimentos Mobiliários e Imobiliários ,Lda.	Funchal	100,00
Jerónimo Martins Finance Company (1), Limited	Dublin (Irlanda)	100,00
Desimo – Desenvolvimento e Gestão Imobiliária, Lda.	Lisboa	100,00
Jerónimo Martins – Serviços, S.A.	Lisboa	100,00
Servicompra – Consultores de Aprovisionamento, Lda.	Lisboa	100,00
Jerónimo Martins Retail Services, S.A.	Klosters (Suíça)	51,00
Comespa - Gestão de Espaços Comerciais, S.A.	Lisboa	51,00

31. Transações com partes relacionadas

Nota prévia: As transacções com partes relacionadas são sempre realizadas a valores de mercado.

31.1 Serviços técnicos e administrativos

A JMH presta às companhias operacionais do Grupo um conjunto de serviços técnicos de administração e gestão. Esses serviços são debitados às companhias, tendo em atenção os critérios abaixo descritos:

Joint-ventures

O valor dos serviços prestados é calculado com base no número de horas que cada pessoa de cada departamento da holding despendeu com estas empresas. O número de horas é depois valorizado de acordo com o valor/hora de cada funcionário.

Empresas do grupo

O valor dos serviços prestados é calculado com base nos custos incorridos, tendo em atenção o peso de cada companhia no Grupo, ponderado por uma chave de alocação pré-definida. Sobre o valor de custos incorridos é aplicado um mark-up de 10%. Exclui-se o débito efectuado a uma subsidiária na Suíça que se baseia em normas da administração fiscal Suíça.

Desta forma, os proveitos com serviços técnicos e administrativos prestados durante o exercício de 2003 ascenderam a M EUR 12.087, conforme se apresenta:

Empresa	Montante
Joint-ventures	4.433
Empresas subsidiárias	7.654
Total	12.087

31.2 Serviços financeiros

Uma parte da gestão financeira das companhias do Grupo Jerónimo Martins é efectuada centralmente na Direcção de Operações Financeiras da Holding, Jerónimo Martins, SGPS, S.A.. Parte dessa gestão passa pela contratação e negociação, em nome das companhias, junto dos bancos e outras entidades financeiras, condições da dívida financeira ou de aplicação de fundos das companhias. A negociação centralizada permite obter condições bastante mais favoráveis nos financiamentos e aplicações do que através de uma negociação individual das companhias.

Esta gestão centralizada é remunerada, sendo que os serviços financeiros prestados a empresas do grupo durante o exercício de 2003 ascenderam a M EUR 1.671.

31.3 Aquisições de partes de capital

Neste exercício continuou-se o processo de reestruturação que visa a racionalização do portfólio do Grupo Jerónimo Martins e a organização das companhias por áreas de negócio. Nesse sentido, foram adquiridas à subsidiária Bivol (liquidada em 2003) as participações de 1% na Imocash, pelo montante de M EUR 30, e 0,2% na Larantigo, pelo montante de M EUR 0,1, ambas empresas do grupo.

31.4 Alienação de partes de capital

No exercício, foi alienada a participação na sociedade Hussel Ibéria à participada Jerónimo Martins – Distribuição de Produtos de Consumo, pelo valor de M EUR 2.346. Esta alienação inseriu-se no processo de reestruturação acima referido, partilhando estas duas empresas diversos recursos, nomeadamente recursos humanos e escritórios centrais.

31.5 Arrendamento de Imóveis

A JMH detém um armazém em Vila Franca de Xira, que se encontrava arrendado a uma empresa do grupo, tendo gerado proveitos no montante de M EUR 420.

A JMH exerce a sua actividade em instalações arrendadas a uma empresa do grupo, tendo suportado custos no montante de M EUR 386.

31.6 Proveitos Suplementares

A JMH efectua um débito anual a uma empresa em joint-venture, relativo à comissão de venda da margarina. À data em que a Jerónimo Martins realizou a joint-venture, detinha esta marca e acordou a sua cedência, mediante uma remuneração anual calculada com base no preço médio dos produtos vendidos durante o ano. Esta comissão de vendas ascendeu a M EUR 77 no exercício de 2003.

31.7 Operações de tesouraria (empréstimos correntes)

O Grupo Jerónimo Martins efectua uma gestão centralizada da tesouraria das empresas do Grupo. Como meio de gestão interna da liquidez das companhias, são utilizadas operações de tesouraria entre elas. Assim sendo, as companhias temporariamente excedentárias poderão emprestar fundos à casa-mãe ou às suas subsidiárias, e as suas companhias temporariamente deficitárias poderão receber operações de tesouraria da casa-mãe ou das suas subsidiárias.

31.7.1 Juros obtidos de empréstimos a empresas do grupo

Os juros obtidos com empréstimos de curto prazo a empresas do grupo, durante o exercício de 2003, ascenderam a M EUR 20.

31.7.2 Juros suportados de empréstimos de empresas subsidiárias

Os juros suportados com empréstimos de curto prazo de empresas do grupo, durante o exercício de 2003, ascenderam a M EUR 319.

31.8 Suprimentos (empréstimos não correntes)

A Jerónimo Martins concedeu suprimentos a subsidiárias, tendo esses suprimentos gerado juros no montante de M EUR 792.

31.9 Débitos de pessoal

Sendo a Jerónimo Martins um grupo em que é normal o aproveitamento de sinergias entre as várias empresas que o compõem, é frequente a transferência de pessoal entre empresas do grupo, conforme as necessidades dos vários negócios. O valor total suportado durante o ano 2003 com pessoal de outras companhias foi de M EUR 2.239.

31.10 Saldos em aberto em 31 de Dezembro de 2003

Firmas							Contas a pagar		Clientes	Fornecedores	Outros devedores
	Empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos	Juros a receber	Juros a pagar	Acréscimos de proveitos	Acréscimos de custos	a accionistas e emp. grupo				
Joint-ventures									155		1.161
Empresas do grupo	266	1.010	7	5	2.121	232	100		218	82	1.476
	<u>266</u>	<u>1.010</u>	<u>7</u>	<u>5</u>	<u>2.121</u>	<u>232</u>	<u>100</u>		<u>373</u>	<u>82</u>	<u>2.637</u>

32. Interesses em joint-ventures (empreendimentos conjuntos)

A JMH detém interesses nas seguintes joint-ventures:

- Fima – Este subgrupo de empresas dedica-se à fabricação e venda de produtos alimentares na área das gorduras alimentares e das bebidas comercializando marcas próprias e do Grupo Unilever, no qual a JMH detém 60% do capital;
- Lever - Este subgrupo de empresas dedica-se à fabricação e comercialização de produtos de higiene pessoal, doméstica e industrial do sector hoteleiro e alimentar. As marcas comercializadas são propriedade do Grupo Unilever, no qual a JMH detém 40% do capital;
- Iglo – Este subgrupo de empresas dedica-se à fabricação e comercialização de gelados e de alimentos congelados e ultracongelados utilizando marcas do Grupo Unilever, no qual a JMH detém 26% do capital;

33. Informação sobre Matérias Ambientais

Tal como referido no relatório de gestão, não existem matérias ambientais relevantes que possam afectar o desempenho e a posição financeira da companhia, não sendo do conhecimento da empresa a existência de qualquer contingência de natureza ambiental, assim como não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras quaisquer custos ou investimentos relevantes de carácter ambiental.

34. Eventos subsequentes à data do balanço

Até à data de conclusão deste relatório, não ocorreram factos significativos que mereçam destaque.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

35. Reconciliação para os princípios geralmente aceites em Portugal

As diferenças entre os princípios contabilísticos adoptados pela JMH e os princípios geralmente aceites em Portugal são os seguintes:

Activos fixos detidos para venda

A JMH contabiliza em resultados do exercício as reavaliações de activos fixos detidos para venda (IAS 40), quando de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal, as reavaliações são registadas por contrapartida de reservas no capital próprio.

Conforme descrito na nota 12, o imóvel de Vila Franca foi reavaliado em M EUR 1.626 tendo sido registado em resultados do exercício.

Instrumentos financeiros

A JMH detém instrumentos financeiros em swaps para fixação de taxa juro (Nota 2.4 e 24), que reconhece nas suas demonstrações financeiras pelo seu justo valor, de acordo com o IAS 39. Os princípios aceites em Portugal são omissos nesta matéria.

Conforme descrito na nota 24.2, a avaliação dos instrumentos financeiros resultou num custo financeiro de M EUR 179 registado como contrapartida de Credores e acréscimos e diferimentos.

Lisboa, 9 de Março de 2004

Técnico de Contas

O Conselho de Administração

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas de Jerónimo Martins, SGPS, SA., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2003, (que evidencia um total de 1.059.411 milhares de euros e um total de capital próprio de 786.178 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 111.665 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo

Jerónimo Martins, SGPS, SA.

BERNARDES SÍSMEIRO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Jerónimo Martins, SGPS, SA. em 31 de Dezembro de 2003, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, derogados para ficarem em conformidade com as normas internacionais de contabilidade, conforme referido na nota 2.1, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que, conforme referido na nota 2.1, contrariamente ao ano anterior, estas demonstrações financeiras foram elaboradas nas mesmas bases das demonstrações financeiras consolidadas. Ou seja, ambas seguem o mesmo normativo contabilístico de referência. Nesta conformidade, a reserva incluída no relatório do ano anterior já não se justifica.

Lisboa, 10 de Março de 2004

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:

José Manuel de Oliveira Vitorino, R.O.C.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de Jerónimo Martins, SGPS, SA. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual, em anexo, bem como o Relatório sobre a Fiscalização endereçado ao Conselho de Administração nos termos do artº 451º do Código das Sociedades Comerciais.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente fundamentada.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;

Jerónimo Martins, SGPS, SA.



- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 10 de Março de 2004

O Fiscal Único

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:

José Manuel de Oliveira Vitorino, R.O.C.

JERÓNIMO MARTINS, SGPS, S.A.

SOCIEDADE ABERTA

Sede Social: Rua Tierno Galvan, Torre 3, Piso 9, Letra J – 1099-008 Lisboa

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 8.122

Capital Social: 479.293.220 Euros

Pessoa Colectiva nº 500 100 144

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

No dia quinze de Abril de dois mil e quatro, pelas dez horas, na Rua Actor António Silva, nº 7, 15º andar, em Lisboa, realizou-se a reunião da Assembleia Geral Anual dos accionistas de "Jerónimo Martins, SGPS, S.A.",
(...)

Dando início aos trabalhos, o Presidente da Mesa, depois de observar e rubricar toda a respectiva documentação, referiu estarem preenchidos os requisitos legais para que a Assembleia pudesse validamente reunir e deliberar, achando-se presente ou representado setenta e sete vírgula cinquenta e nove por cento dos accionistas da Sociedade.

(...)

Entrando-se na matéria da ordem do dia, o Senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura da Convocatória desta reunião da Assembleia Geral e referiu que iria começar os trabalhos pelo primeiro e terceiro pontos desta Convocatória, cuja apresentação e votação seria feita em conjunto, se nenhum dos accionistas presentes discordasse.

Não tendo sido apresentada qualquer objecção pelos accionistas a esta proposta, o Presidente da Mesa convidou o Conselho de Administração a usar da palavra se assim o entendesse sobre estes pontos.

(...)

Não havendo outras intervenções o Sr. Presidente da Mesa anunciou que, se nenhum dos accionistas presentes discordasse, se iria proceder à votação em conjunto sobre os pontos um e três da Ordem de Trabalhos - deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2003 e sobre o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício de 2003 - referindo que, como é do conhecimento do senhores accionistas, o parecer do Fiscal Único relativamente a este ponto é no sentido da aprovação do Relatório de Gestão e das demonstrações financeira, sendo enfatizado apenas o facto de este ano também as contas individuais terem sido elaboradas de acordo com os IAS (*International Accounting Standards*).

Posta à votação, foram os resultados anunciados pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, verificando-se que o primeiro e o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos foram aprovados com 99,30% dos votos favoráveis dos accionistas presentes, tendo-se registado 00,70% de abstenções,

(...)

Entrando-se de seguida no segundo ponto da ordem de trabalhos, deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral referiu que no Relatório e Contas Individuais, o Conselho de Administração refere que a Jerónimo Martins, SGPS, S.A. apresentou um lucro consolidado de 58.246.452,75 euros (cinquenta e oito milhões, duzentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e dois euros e setenta e cinco cêntimos) e um lucro nas contas individuais de 111.664.801,93 euros (cento e onze milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e um euros e noventa e três cêntimos) propondo que os resultados líquidos do exercício sejam repartidos da seguinte forma: afectando-se o valor de 5.583.240,10 (cinco milhões, quinhentos e oitenta e três mil, duzentos e quarenta euros e dez cêntimos) à reserva legal e transferindo-se o montante de 106.081.561,83 (cento e seis milhões, oitenta e um mil, quinhentos e sessenta e um euros e oitenta e três cêntimos) para resultados transitados.

(...)

Feita a votação, foram os resultados anunciados pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, verificando-se que o segundo ponto da Ordem de Trabalhos foi aprovado com 99,90% dos votos favoráveis dos accionistas presentes, tendo-se registado 00,10% de abstenções,

(...)

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Mesa agradeceu a todos os presentes a sua colaboração e declarou encerrada a Assembleia, mandando lavrar a presente acta, a qual depois de lida e considerada conforme, vai ser devidamente assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.